

Nordeste teme Carta

Governadores cobram maior sintonia com

dues pag 5

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, segunda-feira, 1 de junho de 1987 5

conservadora as promessas da campanha

NIVALDO ARAUJO
Correspondente

Recife — A perspectiva de a Assembléia Nacional Constituinte concluir sua tarefa optando por legar ao País uma nova carta constitucional de conteúdo conservador é uma preocupação que de certo modo está presente na totalidade dos governadores nordestinos, externada na reunião da Sudene, da última sexta-feira. Embora nem todos estejam certos de que se trabalha uma Constituição "desgraçadamente mais conservadora que a de 46", como acredita o governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, o insucesso dentro da Constituinte de algumas propostas ditas avançadas incomoda a maioria deles.

O governador da Bahia, Waidir Pires, cobra dos constituintes a "sintonia" com as promessas de campanha e a expectativa da população, sob pena de, agindo diferente, incorrerem "em deslealdade" para com aqueles que os escolheram.

"Nós nos comprometemos com mudanças das estruturas sociais e econômicas, num discurso generalizado de campanha. Como é possível admitir, portanto, que não tenhamos definido um conjunto de normas sobre a estrutura agrária, por exemplo, sobre a distribuição de renda, educação, saúde, dentre outros aspectos? Para haver verdadeiramente democracia no País é necessário que o discurso de campanha deva ser o mesmo daqueles que passam a ocupar uma função administrativa no Governo, uma cadeira do Congresso e da Constituinte", afirma o governador baiano.

O governador Epitácio Cafeteira entende que a nova Carta constitucional "já vai nascer errada", pois, na sua opinião, a Constituinte surgiu assim. Para ele, a convocação para a Assembléia Nacional Constituinte deveria ter sido efetuada dentro de determinados parâmetros, como por exemplo, as idéias se sobrepondo às siglas partidárias quanto ao discurso levado ao eleitor".

— Era necessário que os constituintes tivessem sido eleitos não por serem deste

ou daquele partido, mas por pensarem desta ou daquela maneira. O que vemos é que, dentro de partidos progressistas foram eleitos reacionários, e vice-versa, e o povo foi o grande ludibriado, porque votou pensando que ia ser uma coisa e será outra. A verdade é que não há uma identidade entre o partido e o candidato, e deveria ter havido mais compromisso deles para com o povo. Ninguém se elegeu dizendo que era presidencialista ou parlamentarista, que ia tentar derrubar o Presidente ou mantê-lo, se era a favor ou contra o divórcio, o aborto, o que pensava da propriedade da terra, se era capitalista ou socialista. Nada disto foi explicitado e o eleitor votou no partido e não nas idéias dos constituintes, observa Cafeteira.

Mas há um tom ainda de esperança dentre os governadores nordestinos quanto a uma correção de possíveis rumos conservadores que esteja tomando a nova Constituição brasileira. Isto ocorre, por exemplo, com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, para quem ainda há uma possibilidade de mudanças quanto àquele aspecto dentro da Constituinte, no decorrer dos debates. O governador do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo, alinha-se também naquela corrente de opinião, e sentença a que "se a maioria dos constituintes decidir por uma sociedade medíocre devemos lamentar mas acatar tal decisão ante a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, e deixar que a sociedade no futuro decida sua caminhada".

"O povo precisa ser respaldado por nós. Ele escolheu constituintes ditando-lhes de legitimidade para decidir. Pessoalmente sou a favor com a ampliação para uma democracia moderna, comprometida com as mudanças sociais, políticas e econômicas. Mas devemos nos preparar para uma tomada de posição nacional de acatamento à decisão da Constituinte, seja qual for", disse o governador norte-rio-grandense. Para ele, entretanto, algumas das propostas ditas avançadas são expressão de atitudes meramente discursivas.

AGENDA Constituinte

Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo: Volta a se reunir na quarta-feira para discussão das emendas, às 10h, no anexo II da Câmara.

Comissão de Organização do Estado: Reúne-se às 9h30min e às 17h para discussão dos anteprojotos das Subcomissões. Anexo II da Câmara.

Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher: Reúne-se às 9h30min e às 17h para discussão dos anteprojotos das três subcomissões. Anexo II da Câmara.

Comissão da Ordem Social: 17h, reunião para discussão do anteprojoto da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias. Na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças: Reúne-se às 10h e às 15h para discussão de anteprojotos. Anexo II da Câmara.

Comissão da Ordem Econômica: 17h, reunião para se definir a data da votação do anteprojoto apresentado pelo relator, senador Severo Gomes. Na Comissão de Economia do Senado.

Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições: 19h, discussão do anteprojoto da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. Na ala Nilo Coelho (Senado).

Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação: 10h, discussão do anteprojoto da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação. No auditório Nereu Ramos, da Câmara.

Entidades articulam as emendas populares

A comissão executiva da Articulação Nacional de Entidades para a Mobilização Popular na Constituinte realizou ontem mais uma reunião, com o objetivo de estudar a estratégia de lançamento da campanha nacional de apoio às emendas populares, marcado para o dia 16 de junho, e seu desenvolvimento. Quinze membros da executiva participaram e ao final uma nova reunião foi convocada para a próxima segunda-feira. Ainda não existe definição sobre como será desenvolvida a campanha, mas já é certo que camisetas, battons e cartazes serão usados, assim como barraquinhas em todo o Brasil, para coletar assinaturas. Segundo Maria Laura Sales Pinheiro, membro da executiva, há muitas idéias, mas a definição da campanha só ocorrerá após a realização de novas reuniões.

Um ponto já acertado, no entanto, é a realização, no dia 17 de julho, do Dia Nacional de Mobilização e Coleta de Assinaturas, com organização de atos públicos e debates, além de atividades de coleta de assinaturas em cada município brasileiro. Até o momento mais de 50 entidades estão engajadas na campanha, mas Maria Laura espera que "outras milhares venham". Segundo ela, ninguém vai assinar papéis

em branco, sem saber qual emenda está apoiando. Cada cidadão maior de 18 anos poderá assinar até três propostas, que conhecerá com antecedência. "Muitas dessas propostas já estão correndo e outras surgirão", disse Maria Laura. "Nós não queremos, de maneira alguma, fazer uma proposta única de todas as entidades que integram a Articulação. Nosso objetivo é unir a população em torno da necessidade de participação na Constituinte. Assim, cada entidade poderá propor as emendas que julgar importantes e partir em busca das 30 mil assinaturas."

Independente disso, a Articulação Nacional de Entidades para a Mobilização Popular na Constituinte aposta em algumas emendas como recordistas em assinaturas. Entre as que já "estão no mundo", segundo Maria Laura, quatro certamente terão mais assinaturas: a que garante ensino público e gratuito para todos, em todos os níveis; a que diz respeito ao direito de livre organização sindical para todas as categorias; a que garante moradia popular; e a que defende os direitos dos trabalhadores, como jornada de 40 horas semanais, estabilidade no emprego, direito irrestrito de greve e aposentadoria integral.